

Demonstrações Contábeis

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

31 de dezembro de 2023

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	27	4
Outros créditos		79	84
		106	88
Não circulante			
Imobilizado	4	1.989	939
Intangível		6	6
Ativos contratuais		638	50
Outros créditos		105	183
		2.738	1.178
Total do ativo		2.844	1.266

	Nota	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		153	-
Obrigações tributárias		9	-
Partes Relacionadas	5	864	479
Outras obrigações		1	-
		<u>1.027</u>	<u>479</u>
Patrimônio líquido			
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.095	930
Prejuízos acumulados		(278)	(143)
		<u>1.817</u>	<u>787</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.844</u>	<u>1.266</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	7	(132)	(141)
Resultado operacional		(132)	(141)
Despesas financeiras		(3)	(1)
Resultado financeiro, líquido		(3)	(1)
Prejuízo do exercício		(135)	(142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(135)	(142)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(135)</u></u>	<u><u>(142)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(143)	(143)
Adiantamento para futuro aumento de capital	930	-	930
Saldos em 31 de dezembro de 2022	930	(143)	787
Prejuízo do exercício	-	(135)	(135)
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.165	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.095	(278)	1.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(135)	(142)
(Aumento)/redução das contas de ativo		
Outros créditos	83	(267)
Aumento/(redução) das contas de passivo		
Fornecedores	153	-
Obrigações tributárias	9	-
Partes relacionadas	385	479
Outros passivos	1	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>496</u>	<u>70</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativos contratuais	(588)	(50)
Aquisições de imobilizado	(1.050)	(940)
Aquisições de intangível	-	(6)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(1.638)</u>	<u>(996)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.165	930
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>1.165</u>	<u>930</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>23</u>	<u>4</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>27</u>	<u>4</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>23</u>	<u>4</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 26 de novembro de 2021, com sede em Icó/CE. A controladora direta da Companhia é a acionista, Bom Jardim Solar Holding S.A, com sede na Cidade de Fortaleza/CE.

A Companhia tem como principal atividade a geração e comercialização de energia elétrica como produtor independente, a partir de fonte solar.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia se encontra em fase de construção.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2024.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente).

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e bancos com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

A depreciação é calculada pelo método linear. A Companhia acompanha o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Ativo Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.7. Ativos contratuais

A Companhia reconhece como ativo do contrato os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente uma vez que espera recuperar esses custos ao longo do prazo contratual de fornecimento de energia que será gerada pelo seu parque eólico. Esses custos são aqueles que a Companhia incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido caso o contrato inexistisse.

2.8. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.9. Fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Para fins ilustrativos, a Companhia listou todas as novas normas a serem aplicadas a partir de 01 janeiro de 2023, conforme abaixo:

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
• Alterações na IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/23
• Alterações à IAS 1	Aplicação de materialidade na divulgação das políticas contábeis	01/01/23
• Alterações à IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/23
• Alterações à IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de simples transação	01/01/23

A Companhia não é afetada pelas novas normas, alterações ou interpretações no período de aplicação inicial, de modo que não há impacto em suas demonstrações financeiras.

2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia não adotou as novas normas a serem aplicadas a partir de 01 janeiro de 2024, conforme abaixo:

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
• Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)	01/01/2024
• Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações aos parágrafos 69 a 76)	01/01/2024
• Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	01/01/2024

A Companhia não espera nenhum impacto relevante nas informações financeiras, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Conta corrente	27	4
	27	4

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Imobilizado

6.1 Composição do imobilizado

	Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	2023	2022
Imobilizado em andamento	0,00%	1.989	-	1.989	939
		1.989	-	1.989	939

6.2 Movimentação do imobilizado

	2022	Adições	2023
Imobilizado em andamento	939	1.050	1.989
	939	1.050	1.989

	2021	Adições	2022
Imobilizado em andamento	-	939	939
	-	939	939

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação e fatores externos, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro.

5. Partes relacionadas

	2022	2023
<i>Partes relacionadas passivas</i>		
Qair Brasil Participações S.A.	864	479
Total das partes relacionadas passivas	864	479
Circulante	864	479

O saldo do passivo circulante refere-se aos valores de compartilhamento dos gastos de infraestrutura, os quais têm por objetivo a distribuição dos valores que são de uso comum entre as empresas do Grupo.

As operações realizadas como compartilhamento de gastos de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui gastos decorrentes do contrato de compartilhamento dos gastos de infraestrutura.

O Compartilhamento de gastos afetou o resultado da Companhia no montante a seguir:

<u>Partes relacionadas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Qair Brasil Participações S.A.	(119)	(123)
	<u>(119)</u>	<u>(123)</u>

6. Provisão para contingências

A administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais e experiência julgou que não existem causas processuais cuja estimativa de perda seja possível ou provável, a serem divulgadas ou registradas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7. Despesas administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tributárias	(4)	(2)
Consultoria	(4)	-
Taxas e emolumentos	(5)	(8)
Despesas compartilhadas (a)	(119)	(123)
	<u>(132)</u>	<u>(141)</u>

(a) Refere-se as despesas com pessoal e serviços compartilhados alocados na Companhia. É possível visualizar o efeito no resultado na nota explicativa nº 5.1.

8. Outros assuntos

Reforma tributária

O Senado Federal aprovou, em 8 de novembro de 2023, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 em dois turnos, contemplando alterações importantes em relação ao conteúdo recebido da Câmara dos Deputados.

Bom Jardim Energia Solar 1 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A PEC visa simplificar o atual sistema brasileiro tributário e transformar cinco tributos em três, sendo dois Impostos sobre Valor Agregado (IVA) e um Imposto Seletivo, reorganizando sobretudo os tributos que incidem sobre bens e consumo.

As alterações não apresentam, até o presente momento, impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, a qual seguirá monitorando as discussões e possíveis necessidade de adequações operacionais.

Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento

Em 20 de dezembro de 2023, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória (“MP”) nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.